

ENTRE O BRASIL E OS EUA: A INVESTIGAÇÃO DO FBI SOBRE UM ESCRITOR COMUNISTA EM 1949

Adriano Luiz Duarte

Resumo:

Em 1942, Paulo Lício ganhou o primeiro lugar no “concurso de romance e teatro para operários” promovido pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, sob os auspícios do Estado Novo. Em 1946 mudou-se para os EUA com o propósito de estudar no seminário presbiteriano de Princeton, tinha então 24 anos e acabara de concluir os estudos no seminário de Campinas. Nos EUA foi pastor da comunidade portuguesa em *New Bedford*, lecionou português para oficiais do exército na Califórnia e retornou ao Brasil em 1950. Baseado em denúncias vindas oriundas de São Paulo sugerindo sua vinculação com o ilegal Partido Comunista do Brasil, o FBI (*Federal Bureau of Investigation*) produziu uma série de relatórios sobre suas atividades nos EUA. Essa apresentação se concentrará nesses relatórios com o objetivo de refletir sobre os novos rumos da relação Brasil/EUA depois do fim da *good neighbor policy*.

I

O 1º Concurso Nacional de Romance e Teatro concurso foi aberto a todos os escritores do Brasil, desde que tratassem de “temas que acentuam as altas qualidades do trabalhador brasileiro e suas possibilidades dentro das realidades nacionais.” Os trabalhos deveriam ser escritos em “linguagem simples, acessível aos meios proletários, mas elevada e perfeita, com padrão educativo e estético. Os temas devem ter um sentido construtivo de sadio otimismo, de animação das virtudes humanas.”¹ Nos anos seguinte ao prêmio Paulo Lício estudou no seminário presbiteriano de Campinas e no início de 1949 foi ordenado pastor. No mesmo ano, casou-se com Cecília e seguiu para os EUA para completar seus estudos. Aí tem início uma investigação singular.

No dia 27 de junho de 1949 foi remetida, da cidade do Rio de Janeiro, diretamente para o diretor do FBI, em Washington, uma carta na qual se denunciava que

¹ Publicado no Diário Oficial de 3/2/1942. Para cada modalidade do concurso haveria três prêmios: o primeiro de 20:000\$0 os dois segundos de 5:000\$0 cada um. Além desses, havia três menções honrosas para romance e três menções honrosas para teatro, com medalhas de ouro.

o professor de português na Escola de Línguas do Exército dos Estados Unidos, no presídio de Monterrey, na Califórnia, era um “comunista ideológico, é um adepto do proselitismo em favor do comunismo e é muito antiamericano”. Acrescentava também que se tratava de um indivíduo indesejável para ocupar a posição em que está.²

A carta não era nominal a nenhuma autoridade federal estadunidense especificamente. Mencionava apenas “diretor, FBI”. O nome do remetente, bem como as fontes da informação mencionada, aparecem no documento cuidadosamente cobertos por uma tarja branca sempre acompanhada de um número de referência, cuja função é elucidar o significado da omissão. Apenas é possível ler, no canto esquerdo, no pé da página as iniciais “RLL, jar” que, supõem-se, sejam as iniciais, em maiúsculas, do remetente carioca da missiva e, em minúsculas, do/a datilografo/a.

No contexto da guerra fria, cabia ao *FBI* a investigação dos antecedentes de todos servidores civis do governo estadunidense, num esforço para evitar a infiltração e a espionagem de agentes estrangeiros. É nesse contexto que a investigação sobre Paulo Lício Rizzo parecia fazer algum sentido. O *FBI* produziu sobre ele um dossiê de setenta e quatro páginas, nas quais se descreve, detalhadamente, a sua passagem pelos EUA: endereços, atividades profissionais, relações familiares, contatos e atividades sociais etc. A investigação sobre Rizzo foi iniciada com a carta enviada do Rio de Janeiro em 27 de junho de 1949 e terminou com um relatório, também enviado do Rio de Janeiro, datado de 3 de maio de 1950. Foram onze meses de investigação que cobriram três estados norte-americanos: Nova Jersey, Massachussets e Califórnia; e dois estados brasileiros: São Paulo – principalmente a cidade de Campinas – e o Rio de Janeiro. Mais de uma centena de pessoas foi interrogada durante a investigação; que envolveu o *FBI*, o departamento de investigações do exército Estadunidense, o serviço de imigração, o sistema bancário, todas as delegacias de polícia nas cidades aonde ele residiu e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Dois meses depois da primeira denúncia, em agosto, o escritório do FBI recebeu uma segunda correspondência (com a rubrica: *loyalty of government employee* que, doravante designaria toda a correspondência relacionada a Paulo Rizzo), possivelmente da mesma fonte brasileira. Nessa segunda correspondência, o informante era mais

² *Federal Bureau of Investigation*, United States Department of Justice, Subject: Rizzo, Paulo Lício. FOIPA n° 1117746-000, p. 3. Doravante citado apenas como: FOIPA n° 1117746-000. A carta vem acompanhada de descrição: “nível de segurança C”.

específico e garantia que toda a família Rizzo, tanto em São Paulo quanto em Campinas, era composta de membros do Partido Comunista do Brasil. Assim, reiterava, categoricamente, que Rizzo era um indivíduo indesejável para ocupar a posição de professor de português no exército norte-americano.

Esses eram anos de tensão crescente. “Guerra Fria” já era uma expressão de uso generalizado e os anos de cordialidade do pós-guerra havia ficado para trás. No Brasil, o Partido Comunista havia perdido seu registro legal em maio de 1947, o que acirrou ainda mais uma onda persecutória que caracterizou o governo Dutra. Nos EUA, em março de 1947, dois meses antes da cassação do registro legal do PCB no Brasil, o presidente Harry S. Truman havia assinado a ordem executiva nº 9.835³, conhecida como *The Loyalty Order*, cujo objetivo era assegurar a lealdade dos funcionários públicos e descobrir as possíveis infiltrações comunistas nas várias agências e departamentos do governo. Nossos anos seguintes, amparados pela ordem executiva, mais de três milhões de funcionários civis foram investigados e, com base nos seus resultados, mais de trezentas demissões foram realizadas.⁴ Ao ser contratado, por qualquer agência governamental, o novo funcionário preenchia e assinava um “formulário de lealdade”. Paulo Lício, certamente assinou um documento desse tipo. É nesse contexto, do início da caça às bruxas, iniciada pela *the loyalty order*, que se entende a crescente preocupação com funcionários como Paulo Rizzo.

Entretanto, a despeito de todas as suas certezas e convicções, o denunciante brasileiro foi categórico ao dizer que não assinaria o depoimento prestado às autoridades estadunidenses, nem apareceria numa audiência pública de lealdade. A carta vinha acompanhada da instrução para que se apurasse se o Paulo Rizzo mencionado na denúncia era o mesmo funcionário que, na ocasião, lecionava português para oficiais do exército estadunidense na cidade de Monterrey. Constatada a identidade, o escritório do *FBI* na Califórnia deveria transformar a denúncia numa “investigação de campo.”⁵

3 Shattuck, Henry L. “The Loyalty Review Board of the U.S. Civil Service Commission, 1947-1953”. *Proceedings of the Massachusetts Historical Society*, Third Series, Vol. 78, (1966), pp. 63-80.

4 McCoy, Donald R., “The Constitution of the Truman Presidency and the Post-World War II Era”. In Fausold, Martin and Shank, Alan (eds). *The Constitution and the American Presidency*. SUNY Press, 1991, p.116.

5 FOIPA nº 1117746-000, p. 4.

Mas afinal, quem era esse personagem que despertou tanto a atenção dos órgãos de segurança estadunidenses? No dia 17 de agosto de 1949, o escritório do *FBI* em Washington remeteu ao de São Francisco uma breve nota sobre o investigado, na qual todas as informações eram corretas.

Paulo Lício Rizzo nasceu em Campinas, São Paulo, em 23 de outubro de 1922, filho do pastor presbiteriano Miguel Rizzo e de d. Maria Lício Rizzo. Entre 1942 e 1946 cursou a faculdade de teologia da igreja presbiteriana do Brasil, sendo ordenado ministro em 20 de janeiro 1946.⁶ Quatro meses depois, em maio de 1946, seguiu para o seminário presbiteriano de *Princeton*, no estado de Nova Jérsei para cursar terminar seus estudos. Entretanto, antes de seguir para os EUA, Paulo Lício havia se casado com Cecília Borges Rizzo, mas por razões familiares ela ficou no Brasil. Terminado o curso em *Princeton*, Paulo Rizzo atuou como jornalista, editando o periódico bimestral “aurora evangélica” dirigido à colônia portuguesa na cidade de *New Bedford*, Massachussets, aonde também foi pastor na *Christ Presbyterian Church*. No ano seguinte, 1947, Rizzo voltou ao Brasil por um breve período para buscar sua mulher e sua primeira filha que nascera enquanto ele estudava em Princeton. Em seguida todos partiram para os EUA. Em 1948, Rizzo recebeu uma proposta de trabalho na escola de línguas do exército no presídio Monterrey, no estado da Califórnia. Em maio de 1950, a família Rizzo retornou ao Brasil. Nos três primeiros meses Paulo Lício morou no Rio de Janeiro, aonde foi pastor em uma igreja presbiteriana no bairro de Copacabana; em seguida foi transferido para São Paulo, para o bairro operário da Lapa, onde ficou por um curto período, finalmente foi transferido para a igreja presbiteriana Filadélfia, em São Caetano do Sul, no ABC paulista, onde atuou até sua morte prematura em maio de 1957, aos 34 anos.⁷

Nos EUA a investigação acontecia, simultaneamente, em três estados: Massachussets, Nova Jérsei e Califórnia. No Brasil, a investigação se concentrou em São Paulo. Em *New Bedford*, os investigadores interrogaram diversas pessoas que conviveram com Rizzo e pesquisaram o periódico bimestral “Aurora Evangélica”. No seu relatório, o investigador apontava Rizzo como o autor do romance

6 Paulo Lício Rizzo in: *UNITAS: órgão oficial do instituto e cultura religiosa*. Abril de 1957, Vol. XIX, nº 4, p. 5. Artigo publicado por ocasião do falecimento do Pastor Paulo Rizzo, em 11 de março.

7 Todas as informações foram obtidas em entrevista com do D. Cecília Borges Rizzo.

Pedro Maneta (sic) que havia ganhado o primeiro lugar em concurso promovido pela “secretaria do trabalho brasileira” (sic).

Ao se deparar com a informação de que o jovem pastor Paulo Rizzo era também um escritor os investigadores passaram a se interessar pelo que ele pensava e escrevia. Imediatamente, encaminharam um telegrama para o escritório de Boston com essas informações, sugerindo a necessidade de se obter cópias do livro mencionado.⁸

O romance *Pedro Maneta* fora escrito em 1942 quando Paulo Lício tinha vinte anos e ajudava seu pai, reverendo Miguel Rizzo, na escola dominical da igreja presbiteriana em que ele era pastor, no operário bairro paulistano da Mooca. O livro foi escrito (segundo sua viúva, Cecília Borges Rizzo), em dez dias, durante as férias escolares de julho de 1942, antes que Paulo Lício entrasse para o seminário presbiteriano na cidade de Campinas. *Pedro Maneta* ganhou o primeiro prêmio (prêmio Getúlio Vargas) no *Concurso Nacional de Romance e Teatro Para Operários* promovido pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no ano de 1942, em plena vigência do Estado Novo.⁹

A trama do romance *Pedro Maneta* está centrada na vida dos operários no bairro paulistano da Mooca, com suas fábricas têxteis, suas indústrias de alimentos e pequenas metalúrgicas. As páginas do romance discutem um amplo conjunto de problemas acerca da sociedade brasileira desde o advento da República: as políticas imigratórias; a intricada composição étnico-cultural; as relações de trabalho, mas principalmente as relações entre patrão e empregado; o papel da representação sindical e política, a tessitura do sistema corporativo e suas várias ambigüidades.

Certamente, não havia nada em suas páginas que pudesse sugerir aos diligentes investigadores do FBI as supostas conexões comunistas de Paulo Lício. Ao contrário, o livro fora premiado pelo MTIC em plena vigência do Estado Novo porque respondia aos seus anseios ideológicos. Se lido com cuidado pelos investigadores, o romance

8 FOIPA n° 1117746-000, p. 14.

9 Entretanto, o único livro que Paulo Lício viu publicado foi “Pedro Maneta”. Entrevista com Cecília Borges Rizzo, viúva de Paulo Lício, concedida ao autor em 20 de janeiro de 2005. O prêmio *Getúlio Vargas*, além da publicação do livro “Pedro Maneta” deu a Lício um prêmio de 20 mil cruzeiros e uma relativa notoriedade nos meios literários brasileiros. O prêmio concedido pela “liga das nações”, pouco antes da sua auto dissolução, em abril de 1946, foi de 50 mil cruzeiros, mas foi dividido com outro primeiro colocado.

Pedro Maneta enterraria todas as suposições de que Paulo Rizzo fosse comunista e antiamericano.

Todos os caminhos tentados pelo inquérito, nos EUA, se revelaram infrutíferos para comprovar qualquer ligação de Rizzo com o comunismo. A solução foi retornar à origem das denúncias: o Brasil. Em setembro, o escritório central do FBI remeteu ao adido militar da embaixada estadunidense no Rio de Janeiro um relatório em que se anexava cópias das três frentes de investigação: conduzida pelo serviço de inteligência do exército, em São Francisco; o relatório produzido pelo escritório de Massachusetts, e as averiguações no seminário presbiteriano de Princeton, aos quais acrescentava um pedido para que a coleta e análise dos livros, artigos e poemas escritos por Rizzo fosse conduzida no Brasil, nos seguintes termos:

“com o propósito de assegurar se esses escritos de alguma forma refletem a lealdade do indicado. Presume-se que esses escritos sejam em língua portuguesa e, é claro, se isto é verdade, será necessário que sejam fornecidas ao *Bureau* traduções das porções pertinentes desses escritos que possam refletir adversamente sobre a lealdade de Rizzo, *se esse for o caso*.”¹⁰

O desânimo dos investigadores era evidente: a expressão “se esse for o caso” parece indicar que havia sérias dúvidas, depois de sete meses de trabalho, se seria encontrada alguma prova efetiva que pudesse enquadrar Rizzo na categoria de crime de lealdade dos empregados do governo. Ao mesmo tempo, foram enviadas cópias dos três relatórios produzidos sobre Rizzo para o Advogado Geral Assistente da Divisão Criminal, Alexander Campbell, que, em seguida, remeteu os resultados da investigação de acordo com o que estabelecia a Ordem Executiva¹¹, aos cuidados do Sr. James E. Hatcher, Chefe da Divisão de Investigação da Comissão de Serviço Civil, em Washington.

Um mês depois, em 11 de outubro de 1949, o advogado geral, Alexander Campbell, respondeu ao diretor do FBI de forma lacônica:

“Com base nas provas até agora disponíveis (...), não é garantida acusação neste momento. Em caso de recebimento de provas adicionais, ou de informantes confidenciais se tornarem disponíveis para testemunhar, a divisão irá, é claro, reexaminar o caso à luz de tais fatos.”¹²

A resposta do advogado da divisão criminal parecia encerrar definitivamente o caso Paulo Rizzo. Depois de nove meses de investigação o caso parecia dar em nada. Afinal,

10 FOIPA n° 1117746-000, p. 42. Grifos meus.

11 FOIPA n° 1117746-000, p. 44.

12 FOIPA n° 1117746-000, p. 55.

nenhum dos depoentes pôde afirmar com certeza as conexões comunistas do investigado. Muito pelo contrário, de modo geral os interrogados, nos três estados, foram simpáticos e acolhedores com o indigitado Paulo Lício. A única pessoa que afirmava com toda ênfase sua conexão com o comunismo se recusava a testemunhar e mesmo a assinar a denúncia.

Contudo, os investigadores do *FBI* não pareciam satisfeitos com esse desfecho. Prontamente, anexaram a uma cópia do memorando do advogado geral uma solicitação de empenho para a obtenção de informações adicionais relativas às simpatias comunistas ou pró-comunistas de Rizzo e a remeteram o pedido para a divisão de São Francisco de modo que a investigação ficaria a cargo do *Departamento de Investigações do Exército*, fora do território estadunidense. Desse modo, toda a documentação coligida até então foi encaminhada para o adido militar da embaixada estadunidense no Rio de Janeiro, que se pôs a trabalhar. Seus esforços renderam frutos interessantes.

Em 8 de novembro, o diretor do FBI encaminhou ao mesmo advogado Alexander Campbell um memorando (uma clara resposta às suas solicitações do dia 11 de outubro) possivelmente produzido na cidade de São Paulo pelo adido militar, ou sob sua supervisão, que continha um longo depoimento que se iniciava com um lamento: "Sinto dizer que o indivíduo (Rizzo) é simpatizante do comunismo". Em seguida, o autor do lamento (possivelmente o mesmo autor da denúncia que dera origem ao processo) assegurava que Paulo Rizzo já fora confrontado com a acusação de comunista e que sempre respondera que ele nunca fora membro do Partido Comunista do Brasil, portanto não podia ser considerado comunista. Mas não conformado com essa resposta ele acrescentava:

"Quanto às suas idéias comunistas ele não costumava guardar segredo nessa cidade. Mas eu não posso dizer se ele ainda mantém a mesma atitude. Quanto a atitudes gerais em relação aos E.U.A, acredito que não sejam amistosas, sinto dizer. De acordo com alguns artigos que ele escreve dos Estados Unidos para o jornal religioso mensal de seu pai, ele não parece mostrar grande apreciação pelo país. Quanto ao seu caráter, eu digo que ele é de bom caráter. Eu diria de excelente caráter, se ele não fosse suscetível a mudanças de opinião com tanta freqüência. Ele é um menino esperto e um rapaz muito bom. Ele é jovem e eu acredito que ele ainda pode mudar para melhor quanto a suas simpatias políticas. Assim espero."¹³

Mas ele tinha mais revelações para fazer sobre a vida de Rizzo como estudante do seminário presbiteriano:

13 FOIPA n° 1117746-000, p. 56.

“(____) enquanto estudante, e logo após a organização do Partido Comunista do Brasil, Rizzo havia sido orador em um comício que fora apoiado pelo Partido e que resultou em ele ser advertido pelas autoridades escolares contra futuras atividades políticas daquela natureza.”

As “autoridades escolares” talvez tivessem alguma ascendência sobre o estudante Rizzo, mas certamente nenhuma sobre sua namorada:

“(____) informou que a esposa de Rizzo havia abertamente usado um *botton* de eleição significando o seu apoio ao candidato presidencial do Partido Comunista, Yeddo Fiuza, isto tendo sido anterior ao casamento [dela com Rizzo] mas em um tempo em que era noiva de Rizzo. (____) também comentou que a mãe de Rizzo é fortemente anti-americana.”

Ao que parece, toda a denúncia se originou por conta da presença de Rizzo e sua noiva no comício de Yedo Fiuza em Campinas, em 1945. Presença, aliás, que ela me confirmou em entrevista. Certamente é inútil especular sobre o autor desse depoimento; entretanto, tudo leva a crer, pela minúcia da suas informações, bem como pelas referências bem informadas sobre os membros da família Rizzo, que ele/a podia ser ligado ao seminário presbiteriano de Campinas, ou à revista UNITAS, dirigida pelo reverendo Miguel Rizzo. Mas isso é apenas especulação.

A investigação do adido militar procurou também por registros policiais da família Rizzo, nos acervos do DEOPS em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas não encontrou nenhuma informação. Vasculharam também diversas livrarias de ambas as cidades, mas não encontraram nenhuma das obras de Rizzo a venda. Então se concentram na revista UNITAS, órgão oficial do Instituto de Cultura Religiosa. Contudo, também aí nenhuma conclusão importante foi acrescentado ao relatório, que concluía com uma nota, fornecida pelo mesmo autor das denúncias, informação segundo ele, obtida por carta diretamente de uma tia da esposa de Rizzo, de que o casal planejava retornar em breve ao Brasil.

A notícia do possível retorno de Rizzo e sua esposa ao Brasil definiu os rumos da investigação. O relatório produzido em São Paulo terminava sem conclusão alguma, num tom acentuadamente desapontado: “Diante da ausência de instruções do *Bureau*, nenhuma investigação adicional será conduzida neste caso.” Em maio de 1950, Paulo Rizzo e sua esposa Cecília deixaram os EUA sem que qualquer medida legal fosse tomada em relação à sua lealdade. É bem possível, inclusive, que ele nunca tenha sabido que fora tão cuidadosamente investigado pelo *FBI*.